

MORADORES DE RUA E A QUESTÃO URBANA EM OURINHOS.

Isaac Rodrigues dos Santos, William Ribeiro da Silva – Humanas - Geografia – Unidade de Ourinhos - Campus de Ourinhos.

A cidade de Ourinhos está inserida num contexto regional de modernização da agricultura, de implantação de indústrias e da diversificação do setor de comércio e serviços. Apresenta oferta de equipamentos urbanos não encontrados em cidades vizinhas, fato que reforça uma centralidade interurbana e um significativo dinamismo econômico.

Embora haja esse dinamismo econômico no contexto urbano de Ourinhos, a segregação socioespacial é uma realidade, coexistindo moradores de rua e grandes loteamentos fechados de alto padrão.

Ourinhos é uma cidade que embora o fenômeno da favelização não seja detectado, pois existem somente algumas moradias precárias, a população de rua é um fenômeno presente na cidade. Tratam-se de trabalhadores que foram alijados dos consumos, da moradia, da educação, saúde, entre outros fatores que são minimamente essenciais para a vida.

A cidade possui fácil acesso a outras regiões, pois é cortada pela BR 376, BR 153, Rodovia Raposo Tavares e Rodovia Orlando Quagliato, principalmente. Tais rodovias facilitam a comunicação como o Norte do Paraná, região de Campinas, São Paulo, Presidente Prudente, Marília, Assis, entre outras. Com localização, juntamente a outros fatores que propiciam o fenômeno da imigração deflagram uma intensa mobilidade espacial.

Os moradores de rua em sua maioria são de outras cidades ou estados. Com essa posição estratégica da cidade há a facilitação da imigração de pessoas que foram espoliadas e alijadas do consumo, do emprego, da educação, e muitos vêm a Ourinhos em busca de trabalho para melhorar as condições de vida. Como em outras realidade já analisadas na literatura sobre habitações, muitos não conseguem a tão desejada mobilidade social e acabam por viver nas ruas. Essas pessoas, geralmente, vivem nas praças, embaixo de marquises, em calçadas do município, o que torna, evidente, que o progresso é somente para poucos.

Eliseu S. Sposito afirma que “ninguém vive suspenso no ar”, sendo assim todos devem ter uma moradia, é nela que o homem se protege do frio, do calor, da violência. É nela que se reproduz a vida, onde o homem descansa. Mas também é lugar de trabalho, onde se limpa, se reforma.

No livro *População de rua, Quem é, Como vive, Como é Vista*, da Prefeitura de São Paulo, que foi publicado por vários autores diz que: “A pobreza não se reduz, portanto, a uma questão meramente econômica, se constituindo também num parâmetro de avaliação social. Nesse contexto, a população de rua, que indiscutivelmente se encontra numa situação de extrema pobreza, tem seu lugar social demarcado, sendo estigmatizada pela sociedade como um todo e pela classe trabalhadora em particular”(p. 18). Também enuncia que: “A população de rua faz parte, de forma crescente, do cenário das grandes cidades do mundo. Trata-se de um segmento social que, sem trabalho e sem casa, utiliza a rua como espaço de sobrevivência e moradia”(p. 47). E também: “De forma geral, a população de rua carrega consigo seus pertences, que não vão além de uma sacola, o galo, com objetos pessoais, o que evidencia sua mobilidade. Deslocam-se com frequência, podendo dormir um dia em cada lugar”(p. 55).

Sendo assim, toda essa exclusão social, que é fruto do modo de produção capitalista, que precisa da pobreza para se manter enquanto um modo de produção, e que torna tudo mercadorias, inclusive a terra.

Arlete Moysés Rodrigues afirma que “No Brasil, como nos demais países capitalistas, a terra urbana e as edificações integram as mercadorias do modo de produção capitalista”(p. 16).

Sendo assim, o modo de produção vigente transforma tudo em mercadorias, é necessário um mediador para a obtenção dessa “mercadoria” chamada terra. Esse mediador seria o dinheiro. Somente quem o tem é que consegue obter uma moradia, seja para comprar ou alugar.

E a autora também anuncia que: “Há um consenso, aceito sem a menor contestação por todas as correntes de pensamento: só o trabalho cria valor. A terra é uma mercadoria que tem preço, que é vendida no mercado, e que não é reproduzível, ou seja, tem um preço que independe de sua produção. É uma mercadoria sem valor, no sentido de que seu preço não é definido pelo trabalho na sua produção, mas pelo estatuto jurídico da propriedade da terra, pela capacidade de pagar dos seus possíveis compradores” (p. 17). E esse paradigma da estrutura fundiária do Brasil data de 1850, (Lei 601) ano que foi realizado o Estatuto da Terra, tornando a terra uma propriedade privada, acessível somente para quem pode pagar por ela.

Lucio Kowarick diz que: “A moradia é o mundo da sociabilidade privada, o que significa dizer ajuda mutua, brigas, rivalidades, preferências, tristezas, alegrias, aborrecimentos, planos, sonhos, realizações. É, por outro lado, abrigo contra as tempestades do sistema econômico”. (p. 87). Sendo assim, a moradia é a maior referência das pessoas.

No município de Ourinhos existe o Serviço de Obras Sociais (S.O.S), que é uma entidade mantida pelo Governo do Estado de São Paulo. O S.O.S, é a única entidade oficial que assiste os moradores de rua. Nesse local é fornecido alimentação, abrigo, para no máximo dois dias; sendo que após esse período, as assistentes sociais fornecem passagem de ônibus para os locais de origem da pessoa.

Visitamos o S.O.S, onde aplicamos questionários, fizemos entrevistas com as pessoas que são assistidas, além das assistentes sociais. Segundo a entidade, não há um número preciso de pessoas que vivem nas ruas da cidade de Ourinhos, mas segundo suas estimativas, seria algo em torno de 50 pessoas. No S.O.S entrevistamos 10 pessoas. Suas origens são variadas, sendo cinco do Estado de São Paulo, quatro do Paraná e apenas uma de Minas Gerais. Quanto a profissão, há um certo equilíbrio, pois cinco trabalhavam como lavradores e cinco desenvolviam serviços ligados à área urbana.

O processo de produção e reprodução do espaço urbano de Ourinhos deixa suas mazelas. O progresso econômico beneficia um determinado grupo e exclui os demais. Dentre esses demais, está a população de rua, a maior prejudicada, inserida na área urbana. E torna-se necessário que esse dinamismo econômico atinja não somente um determinado segmento da sociedade, mas que beneficie toda a sociedade, para que os meios de consumo coletivos tornem-se verdadeiramente “coletivos” com o acesso de todos. Luiz César de Queiroz Ribeiro afirma que

Com efeito, a utilidade da moradia enquanto unidade central de consumo não é apenas definida pelas suas características internas enquanto objeto construído. Seu valor de uso é também determinado pela sua articulação como sistema espacial de objetos imobiliários que compõem o valor de uso complexo representado pelo espaço urbano. O que é vendido não são apenas ‘quatro muros’, mas também um ‘ticket’ para o uso deste sistema de objetos e de ‘appartenance’ à estratificação social representada pela divisão social e simbólica do espaço. A importância destes elementos locais na diferenciação dos valores de uso da moradia cresce na razão direta da diferenciação do espaço, em termos objetivos – desigualdades quantitativas, qualitativas e locais do sistema de objetos imobiliários - , e em termos subjetivos diferentes conteúdos, sociais e simbólicos dos vários pontos do espaço urbano (p81).

Nesse sentido, a diferenciação econômica se reflete e é orientada no e pelo espaço. Os moradores de rua foram espoliados do consumo, e da moradia. Nesse atual paradigma capitalista, a eles cabe somente a rua e a eles cabe carregar diversos estigmas. A sociedade os exclui. E muitos os vêem como um problema, esquecendo propositalmente por meio de alienações, que o problema está no modo de produção capitalista, o qual se beneficia da pobreza.

O fenômeno da população de rua é um fato que ocorre nos centros urbanos. O que revela o alto grau de opressão dos ricos para com os pobres. É um reflexo de uma sociedade consumista e individualista, que necessita de muita reflexão para o entendimento de suas estruturas e processos.

O Estado tem o papel fundamental de criar políticas públicas para minimizar as desigualdades, criar moradias populares de boa qualidade e diminuir de forma significativa o déficit habitacional, porém, somente o papel, pois na prática, sua atuação mostra outros interesses e outras preocupações, como a busca “desesperada” pelo “progresso”..

BIBLIOGRAFIA

Ribeiro, Luiz de S. Queiroz. Dos cortiços aos Condomínios Fechados. Rio de Janeiro. Ed Civilização Brasileira. 1997

Rodrigues, Arlete Moysés. Moradia nas Cidades Brasileiras. Ed Contexto. São Paulo. 2003

Kowarick, Lucio. A Espoliação Urbana, Paz e Terra. 2ª ed. São Paulo. 1993

Kowarick, Lucio. Escritos Urbanos, Ed 34. 1ªed. São Paulo. 2000

Vários Autores. População de Rua, Quem é, Como vive, Como é vista. Prefeitura de São Paulo. Secretaria Municipal do Bem-Estar Social. Ed Hucitec, São Paulo, 1992